

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

LUÍS HENRIQUE GUIMARÃES

**QUESTÕES SOBRE A ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DO
ESTADO CAPITALISTA**

3174(c)
5.9

DE UBERLÂNDIA – 2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Centro de Desenvolvimento e Pesquisa em
História - CDH

Campus do Mineirão - Sala 10 (Antigo Mineirão)
Av. Universitária S/Nº

Cep: 38400-902 - Uberlândia - M.G. Brasil

LUÍS HENRIQUE GUIMARÃES

**QUESTÕES SOBRE A ORIGEM E CARACTERÍSTICAS DO
ESTADO CAPITALISTA**

**Monografia apresentada à banca
examinadora do Instituto de História
conforme exigência para conclusão dos
cursos de Bacharel e Licenciatura Plena em
História, sob a orientação do Professor
Doutor Hermetes Reis de Araújo**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – 2004

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

CAPÍTULO 1: DO ESTADO LIBERAL CAPITALISTA AO ESTADO GERENTE

1.1. Estruturas político-filosóficas.....	07
1.2. Pluralismo político e democracia.....	12

CAPÍTULO 2: CARÁTER INTERVENCIONISTA DO ESTADO EM SOCIEDADES AVANÇADAS

2.1. Técnicas avançadas para revolução científica no trabalho.....	16
2.2. Para além de algumas mistificações.....	25
2.3. Formação de elites profissionais.....	30
2.4. Materialismo histórico.....	34

CONCLUSÃO.....	38
----------------	----

BIBLIOGRAFIAS.....	43
--------------------	----

INTRODUÇÃO

Nascido da preocupação em situar o debate sobre um poder organizado como força política e gerado economicamente através da acumulação de capitais, e que, no entanto, por intermédio de uma classe privilegiada em seu nível de cultura, prosperidade, pré-destina o movimento das relações econômicas e políticas de outras classes sociais, é que surge o tema: Questões sobre a origem e características do Estado capitalista.

Antes de explicitar o tema, faz-se necessário uma breve retrospectiva quanto ao aparecimento do termo “Estado”, originário da antiguidade grega com nome de polis. Depois adquire mais elementos através do direito romano com o fortalecimento das leis que legitimam a posse da propriedade privada, para mais tarde modificar sua aparência na Idade Média com a introdução da família nobre aos assuntos públicos. Percebe-se então que o Estado possui desenvolvimento conforme cada situação histórica, pois, para cada momento de produção econômica há características próprias.

Focalizando um pouco mais de perto, o Estado não possui um significado único, como se a sua definição meticulosa pudesse exprimir uma verdade fundamental, mas revela antes de tudo uma realidade contraditória: sua aparência nem sempre coincide com sua essência e com suas intenções, sendo, portanto, influenciado pela realidade que o constrói e pela ideologia que o conduz. Isso não quer dizer que o Estado sejam um agente cínico ou mascarado em suas ações, mas que, não revela democraticamente ou de forma transparente suas práticas políticas reais, seus passos guiados pelos interesses macro-econômicos. Dessa forma não desperta a indignação e revolta nos trabalhadores diante das prioridades de investimentos escolhidos, pelo fato de sua omissão característica, também típica do senso comum, da grande massa de cidadãos. Em outras palavras, uma omissão vinda da parte do Estado e também por parte de quem o assiste. Por outro lado, é dotado de um forte aparato

ideológico de cooptação das massas, mas que em todo o caso, não significa que sua legitimação será permanente, reproduzindo-se incessantemente.

Ao nível dos discursos da classe intelectualizada, a solução das crises é apresentada através da retomada do crescimento, do oferecimento de empregos, e, principalmente, a aquisição de investimentos para o Estado, os quais que se converterão em benesses para a sociedade. No entanto, nas campanhas eleitorais o reconhecimento da situação de crise não é declarado abertamente, contribuindo para separação permanente entre sociedade civil e Estado, e ainda o reforço ao consenso silencioso das práticas liberais.

O interesse pelo tema “Questões sobre a origem e características do Estado capitalista” teve início quando tive a oportunidade de ler a publicação dos debates ocorridos em 1987 no Seminário Internacional sobre a ‘estatização ou privatização’ do Estado, que foram transcritos literalmente através do livro: Estatização ou Privatização – Os limites da Intervenção do Estado.

No início, ainda quando o objeto de pesquisa estava começando a adquirir forma, o interesse principal era o de estudar as crises ocorridas no Estado capitalista, preocupado com a questão da intervenção, como funcionava e porque que é necessário na sociedade em que vivemos, mais especificamente no Brasil, lugar e campo de discussão do seminário.

O que me fez procurar os textos de Marx, Engels ou por via dos autores marxistas, foi quando, numa posição quase unânime, os debatedores do Seminário Internacional procuravam explicitar que as discussões sobre a intervenção ou não do Estado deveriam ser feitas ‘fora de matizes ideológicas’. Foi justamente nesse ponto que percebi ser mais importante, para aquele momento, pesquisar sobre a origem e características do Estado, o que me lançava também sobre o estudo do conceito de ideologia, as raízes da divisão social do trabalho com a existência da propriedade privada, e entre outros o materialismo histórico.

O fato é que as discussões do seminário internacional foram deixadas de lado nessa pesquisa, apesar de ter dado início a ela. Isso ocorreu ao suspeitar que através da crítica marxista poder-se-ia ter uma visão mais correta dos processos históricos no campo da política e economia no que se refere à interpretação da realidade capitalista do século XX e também mais radical e menos idealista. Através da crítica marxista, acreditei que seria possível, numa perspectiva de cunho sócio-econômico, compreender melhor o Estado capitalista.

No capítulo I: *Do Estado Liberal ao Estado Gerente*, no item 1.1. *Estruturas político-filosóficas*, começo fazendo uma breve reflexão sobre o poder político que na Idade Média mudou de lugar, ou seja, das mãos dos líderes da igreja passou a fazer parte do domínio de uma outra classe que foi a burguesia. A partir de “As Concepções políticas do século XX” de François Châtelet, pude desenvolver algumas características do Estado-Gerente, que são pontuadas pelas tradições filosóficas como o humanismo, o pluralismo político e o reformismo. Dentro dessas tradições burguesas é possível encontrar algumas argumentações que tentam justificar o caráter de universalidade da representação política que uma classe assume em relação a outras.

Ainda sobre a questão do poder, é analisado um pouco das modificações que se operam no Estado com o surgimento da democracia representativa, e como esse Estado impõe a idéia de mobilidade do poder em função do pluralismo político, a que se deve a tese sobre a autonomia do Estado. Para falar sobre essa tese buscamos em Nicos Poulantzas por se tratar de um autor que desenvolve teorias a respeito do Estado capitalista numa análise de perspectiva mais crítica.

No item 1.2. *Pluralismo político e democracia* são ressaltados a proeminência da classe liberal que além da vantagem econômica em relação às outras classes, também possui a vantagem intelectual no sentido de melhores condições de alcançar um nível maior

de educação. Com isso continuaram a dominar o sistema capitalista, apesar de, na política, os indivíduos terem conquistado, ou numa forma mais pessimista, de terem concedido-lhes o sufrágio universal e o pluralismo político como maneiras formais de democracia. Discutiremos também a crítica em relação à democracia política, na situação em que a política, na expressão específica das eleições, é comparada ao jogo de mercado na compra e venda de problemas e soluções. Para isso foi consultado “Estado e Teoria Política” de Martin Carnoy e “Para além da esquerda e da direita” de Anthony Giddens que foram os que consegui encontrar na biblioteca da Universidade Federal de Uberlândia, e, com os quais tive melhor afinidade. Nesse item também citei de forma resumida a questão dos valores burgueses, que, tradicionalmente, se repetem através das instituições como a escola ou a família. Para isso utilizei Jürgen Habermas em “A Crise do capitalismo tardio” e tive dificuldades devido à complexidade do assunto e abordagem avançada do autor.

No capítulo II, item 2.1. *Técnicas avançadas para a revolução científica no trabalho*, procurou-se inicialmente levantar algumas causas específicas para com as quais as sociedades capitalistas tiveram êxito econômico e político, e então pudessem adquirir a qualificação de avançadas. Para isso foram desenvolvidas algumas características do taylorismo, visto como um sistema de produção que nos permite entender um pouco da revolução científico-técnica que ocorreu em sociedades onde o Estado é capitalista e também onde ele foi socialista. Foi utilizado esse tipo de sistema de produção para abordar o conceito de ideologia em Marx, buscando na obra do próprio Marx em “A Ideologia Alemã”, e, também, através em outros autores como Marilena Chauí em “O que é Ideologia”, e em Martin Carnoy “Educação, Economia e Estado - Base e superestrutura relações e mediações”. Foi desenvolvida a questão do papel do Estado como administrador das leis e das crises, papel que o coloca necessariamente como interventor e de fundamental importância para a ascensão do capitalismo quando mantém uma relação com as classes na

sociedade. Intervém na economia através de recursos e investimentos no intuito que seja aumentada a produção de mercadorias, o que, conseqüentemente, trás a crença no sistema, que se mantém na medida em que o volume de capitais aumenta e os acordos entre as classes podem ser mais flexíveis. No item 2.2. *Para além de algumas mistificações*, foi levantada a visão positiva e negativa do conceito de Estado, usando para isso o Brasil colonial dentro da conjuntura latino-americana onde o capitalismo é tardio. Lembrando desse passado colonial explica-se a visão positiva devido ao paternalismo em que foi marcada nossa cultura política em relação ao Estado. A visão positiva de Estado é constituída pelo Estado de direito e propagado à coletividade “numa perspectiva liberal burguesa de cunho político-jurídico, numa trajetória natural, evolutiva e racional delineada”.¹ Enquanto quer a visão negativa compreende o Estado “como uma superestrutura do modo de produção capitalista, numa perspectiva de cunho sócio-econômico em função do modo e das relações de produção”.² No item 2.3. *Formação de elites profissionais* tentou-se apresentar a existência de uma classe especializada no corpo político das sociedades, na qual, através do progresso das ciências, do uso da tecnologia e da razão, conseguiram intensificar seu domínio em que se destaca a participação do Estado na evolução dessa classe. Gerou-se então um padrão de eficiência nessas novas tecnocracias estatais que dá o toque diferenciador em relação ao Estado capitalista em suas formas anteriores, ou seja, absolutista, mercantilista, liberal e gerente. Foi levantada a importância do pensamento de Durkheim no campo das ciências sociais para se entender a constituição do Estado capitalista regido pela democracia política. Esse campo de objetividade e neutralidade serviu como uma alavanca aos pontos de vista da ação universal. A ciência, de uma forma universal, torna-se um elemento da política, do Estado e da indústria. No item 2.4. *Materialismo Histórico*, vi a necessidade de reforçar a crítica ao idealismo hegeliano usando para isso a exposição de algumas análises do materialismo

¹ Cf. Wolkman, 1997.

² Cf. Wolkman, 1997.

histórico de Marx. Como exposição central, a existência da propriedade particular, a divisão social do trabalho e a divisão entre política e economia, onde, ideologicamente, o Estado burguês ganha autonomia política e justificação teórica para representação universal das classes, que se encontram diante dessa separação, desprovidas de seus papéis nas relações de produção e de suas lutas políticas. Ainda nesse item, será encontrada uma breve citação em relação ao Estado bonapartista em que tive a intenção de demonstrar a separação entre os poderes executivo e legislativo no corpo do Estado. Esta separação proporcionou a classe burguesa um poder social, e não diretamente político. A centralização do poder no executivo pareceu reservar àquela sociedade Francesa a separação entre Estado e sociedade. Esta separação mostra-se intensificada noutras conjunturas históricas, mas dentro do mesmo sistema capitalista como foi abordado nos itens 2.2. *Para além de algumas mistificações* e também no item 2.3. *Formação de elites profissionais*.

Uma das perguntas a que este trabalho tentará responder é a que se refere à pertinência da crítica marxista em relação ao Estado contemporâneo, visto que vivemos num momento em que esta crítica vem progressivamente sendo deixada de lado no mundo capitalista, esquecimento que foi reforçado depois que o sistema socialista desabou. É evidente, porém, que após essa derrota do sistema socialista, atrocidades que ocorreram em nome do marxismo-leninismo veio à tona, o que contribuíram para o descrédito geral. Mas isso não é objeto de pesquisa neste trabalho. É com o diálogo entre algumas obras e autores diferentes, que procurei criar um novo texto, mesmo que ainda de forma muito incipiente devido minha pouca experiência, mas de extrema necessidade para o término da graduação acadêmica.

CAPITULO I

DO ESTADO LIBERAL CAPITALISTA AO ESTADO

GERENTE³

1.1 – Estruturas Político-filosóficas

Para refletirmos sobre um poder instituído socialmente no quadro das mudanças na moderna sociedade capitalista, teremos que considerar esse mesmo poder assentado sobre alguma base na qual emana sua atuação, organização e força. Apontar que houve transformações no antigo poder devido às suas bases que se inscreviam no direito divino representadas pelos membros da igreja medieval, e que perderam força na medida em que outras classes foram adquirindo posições sociais seja pela aquisição de posses ou por influência intelectual, respectivamente, as burguesias e as classes dos filósofos, economistas, juristas.

Com as fortes crises no sistema de autoridade da instituição religiosa, ocorriam mudanças também por parte das comunidades feudais no intuito de não creditar a legitimidade às antigas elites clericais. Em busca do poder econômico e representação política emergia uma classe com propósitos muito esclarecidos de ascensão e domínio intelectual que viria a ser em sua emergência aquela que asseguraria a liberdade, igualdade e solidariedade com vínculos cada vez mais definidos sobre bases político-filosóficas. Em seus objetivos não poderiam ser mais astutos: aliar interesses econômicos já deflagrados pela crescente acumulação de capital por via dos mercados (trocas) e com o estrangeiro (busca de mercados e matéria-prima) a uma instituição que proteja esse ofício: o Estado Mercantilista.

³ Cf. Châtelet, 1983, o conceito de “gerente”, no que se refere ao Estado, foi usado para caracterizar a sua intervenção sobre a própria materialidade social na primeira década do século XX.

Então, ao mesmo tempo em que produzia um arsenal de teorias econômicas instituindo a concorrência e a competição entre os produtores como forma legítima de aquisição da propriedade particular e ainda do direito inscrito por lei a essa propriedade, produzia em paralelo a separação entre sociedade civil e Estado. Essa separação aparecia como sendo um produto do próprio Estado e não das relações sociais estabelecidas na sociedade civil.

Esse poder, que não é novo, mas apenas mudou de lugar, criou novas bases, filosóficas e políticas, para assegurar sua permanência, mantendo em seu discurso elementos da tradição humanista tal como reencontra na defesa da pessoa humana em seus princípios, assim como era no Estado cristão da Idade Média.

Essa classe liberal não rompe drasticamente com os valores outrora predominantes. Na proposta de se estabelecer como um Estado laico, o Estado Gerente utiliza-se da tolerância cívica, pregando uma essência comum a todos os homens, quaisquer que sejam os seus vínculos religiosos ou outras particularidades que incidem sobre a manutenção das liberdades, que, inicialmente, de liberdades humanas decorrerão para liberdades públicas. O que incide sobre a fundamentação desse Estado laico é um certo consenso social no qual a fé religiosa não faria parte necessariamente desse consenso. Dessa forma com a utilização de fontes doutrinárias embasadas no Bem-comum da paz civil, na verdade exterior, que protege e oferece a liberdade, mas também tem o poder de punir, essa nova ordem burguesa começou a exercer seu valor na medida em que anuncia um novo tempo, tempo em que o homem conquista seu direito a autonomia para exprimi-la seu modo. É, é claro que os indivíduos não estariam totalmente livres, mas regulados socialmente e também moralmente em suas liberdades, direitos e deveres. Resguardados por um órgão criado pela própria necessidade do ser humano de defender-se.

É natural que o Estado modifique suas características conforme as relações entre as classes mudam, conseguindo manter sua existência em cada época diferente. Temos o surgimento da democracia representativa como fato importante para entender as modificações que se operam no Estado, mais especificamente, dentro do poder que está associado à figura dele.

Anunciada na Inglaterra com a carta magna, a figura do Estado modificou-se, onde através de um grupo restrito denominado de parlamento, as vontades gerais passaram a ser defendidas para que fossem supridas ao nível da política de Estado.

Numa conjuntura posterior, o pluralismo político se configurou como uma oportunidade, via eleições, de qualquer outra classe social vir a possuir o poder do Estado e assim estar responsável em representar toda a sociedade. Deste modo é eleita uma certa mobilidade com relação ao poder e então se elevam as teses da autonomia do Estado, ou seja, trocando as pessoas que estão ligadas ao poder, este Estado não teria um proprietário exclusivo.

Na transferência do problema da luta de classes, entendida como algo derivada de questões econômicas, para a esfera da política, a democracia se constitui através do exercício do voto em mais um dos campos da luta das classes sociais. Ao se referir à característica (da relativa autonomia) do Estado, Nicos Poulantz diz que:

Uma pessoa/um voto tem desviado a atenção da luta de classes inerente a produção capitalista; a 'democracia' política deslocou a luta da esfera econômica para a esfera do voto. Na arena política, incluindo o aparelho jurídico, todos os membros da sociedade são iguais. Ricos e pobres, jovens e velhos e (ultimamente) mulheres e homens - todos tem a mesma força (um voto) para mudar ou manter a situação social. A desigualdade da relação econômica é, assim, minimizada na sociedade capitalista, em favor da igualdade da vida política.⁴

Em relação a esta possível troca de pessoas no poder do Estado é que ele pode ser entendido e visto com uma 'relativa autonomia', e, necessariamente, por causa da

⁴ Carnoy, Martin. Educação, Economia e Estado - Base e superestrutura relações e mediações. 13ª edição, p. 41.

oportunidade formal que se construiu para se chegar no poder, poder que é concedido pela sociedade civil ao candidato que irá representá-la universalmente. Porém, sabemos que uma oportunidade formal não é uma oportunidade real, que existe muita diferença entre elas. A começar pela desigualdade das condições econômicas. Um operário assalariado que trabalha na indústria e por acaso quiser participar das decisões políticas e econômicas do seu país capitalista não encontrará satisfação para estes fins com a oportunidade formal lançada pela democracia política. Seria como se na teoria ele pudesse, mas na prática fosse impedido pela sua falta de condições econômicas, porque não é acionista ou empresário. Acionistas em empresas ou empresários não precisariam concorrer através da oportunidade formal para fazerem parte do Estado, das decisões políticas. Fazendo parte de uma classe de poder econômico, seu progresso intelectual e material historicamente é visível e tomou a forma ideológica de um conceito, de um valor do progresso, que tem sido usado nos discursos que acompanham o desenvolvimento da sociedade industrial em favor do sistema capitalista e também do Estado.

O progresso, em seu quádruplo aspecto (individual, coletivo e material), está inscrito na perspectiva do desenvolvimento indefinido na felicidade. O que era objeto da vontade para os enciclopedistas passa a ser no século XX, algo que pertence à ordem dos fatos: multiplicação dos instrumentos de fabricação e de difusão de riquezas, desenvolvimento técnico que faz parte do estatuto das sociedades industriais. O que importa, portanto é adaptar a política governamental a essa modernização e não somente admitir-la, mas facilitá-la em função dos meios em que se dispões em cada oportunidade.⁵

Em nome da coletividade e contra qualquer propensão à revoltas e revoluções, o Estado liberal, também intitulado Estado gerente aplica em sua justiça reparativa políticas distributivas num quadro onde conservar o existente torna-se fundamental. Apesar de sua aparência autônoma, devido ao pluralismo político, o Estado revela-se completamente

⁵ Châtelet, François & Pisier-Kouchener, Evelyne. As concepções políticas do século XX – História do pensamento político, 1983 p. 99.

envolvido com os interesses de classes e por assim dizer com as escolhas feitas por essas classes. O Estado então:

Ora parecerá preferível deixar o espaço para a iniciativa privada, ora será o caso de fazer o Estado intervir direta ou indiretamente; ora se tratará de abrir o mercado interno, ora de protegê-lo; ora se deverá fazer uma aliança com as forças que lutam pelo fortalecimento da igualdade social (da justiça distributiva), ora com as que defendem as liberdades (dos proprietários).⁶

A esse ponto conclui-se que suas ações não têm como objetivo apenas a fuga das contradições, no intuito de manter um relativo equilíbrio na sociedade civil, mas demonstram também, o quanto o jogo de mercado por si só (como pensavam os pensadores clássicos do liberalismo) é insuficiente para manipular as crises surgidas no sistema capitalista.

No século XX, principalmente na década entre os anos vinte e trinta, o jogo espontâneo do mercado não pareceu capaz de contornar uma crise que começava a parecer crônica, determinando um baixíssimo nível de emprego e em consequência uma falta de trabalho generalizada. Isso deu lugar ao chamado 'crack' de 1929 que parecia indicar justamente a bancarrota do sistema capitalista. (...), já a partir do início do século atual o Estado começa a injetar recursos na economia, através de seus gastos. E tais gastos acabam funcionando como 'estabilizadores', atuando preventivamente contra as crises no investimento privado.⁷

O Estado também se apresenta como um consumidor importantíssimo para gerar o capitalismo como é verificado em tempos de guerra. Na segunda guerra mundial, o Estado mobilizou excessivos gastos com material humano, produtos bélicos e de primeira necessidade, decretando regulamentações aos trabalhadores, como a suspensão do direito de fazer greves, e que por um outro lado começam a surgir os grandes monopólios que trabalham junto aos interesses do Estado.

⁶ Ibidem, p. 99.

⁷ Catani, M. Afrânio. O que é o Capitalismo, 1980, 2ª edição, p.71.

1.2-Pluralismo político e democracia

A partir do desenvolvimento da chamada democracia representativa a classe política que está no poder legalmente assegurado, conserva e reforma a ordem econômica e política existente com todos os meios de que possui para isso. Em primeiro lugar pelo poder econômico que se dispõe (geralmente chegam ao poder com a ajuda do nível de conhecimento e educação que conquistaram aliados a boas relações com aqueles que já se encontram envolvidos na administração governamental), e em segundo pelo poder jurídico, assegurado pela democracia em curso, e também o recurso da retórica no jogo do pluralismo político, definido em sua essência, pela capacidade de registrar os desejos de um povo como eles são.

As forças plurais surgidas da sociedade e então legalmente reconhecidas fazem com que abram os caminhos para a competição livre para se alcançar o poder político como lugar que se almeja ocupar. Essa ocupação fica sendo então legítima, pois, legalmente reconhecido pelo jogo político em vigor e altamente justificado pela ordem liberal, essa ocupação é proveniente da liberdade em competir, como se a democracia política tivesse um laço muito estreito com as situações típicas do plano econômico burguês.

Trata-se aqui de uma situação embaraçosa em que política e economia de mercado se misturam e acabam por apresentar características bastante comuns. Martin Carnoy⁸ desenvolve algo relacionado a essa problemática separando alguns mecanismos que tende à expressão de dominação de classe. O mecanismo de mercado: os eleitores são os consumidores, os políticos, os empreendedores, na idéia de que os eleitores irão comprar ou não determinados problemas conforme seus interesses. Após uma pesquisa de opinião pública feita por essa classe política, seriam levantadas, então, as preferências de alguns cidadãos comuns e em seguida, de caso pensado, a classe que ocupa o 'poder-lugar' direcionaria suas ações e como elas deveriam ser colocadas em termos de escolhas e prioridades. Nesse sentido,

⁸ Carnoy, Martin. Estado e Teoria política. 2ªEd. Campinas, SP: Papipus, 1988. p.31.

há uma série de demandas individuais e grupais (corporações) que precisam ser traduzidas ao nível das propostas e planos dos partidos, que por sua vez também possuem demandas políticas diversas quanto ao interesse de se permanecer ao lado de outros políticos (coligações de partidos).

Então temos a expressão do antagonismo de classes no âmbito da democracia liberal, tão longe de se extinguir como de fundamental importância para sua continuidade. Por um outro lado, a não identificação da população com o Estado promove e legitima o projeto iniciado com o liberalismo clássico de separação da sociedade civil e Estado, ao passo que a apatia do eleitorado com relação ao regime da democracia representativa, sendo assim, sua não organização dos seus interesses, mais as elites tendem, a dominar a formulação dos problemas, sua manipulação e solução preferível. Porque na verdade, 'não há lugar onde a classe política se identifique com o eleitor, mesmo que por toda parte ainda se insiste que isso seria possível'⁹.

Na medida em que o sistema democrático desse Estado gerente vai se organizando de forma administrativa, vai também impondo sua posição de domínio por meios ideológicos camuflados, separando administração da vontade que o legitima, ou seja, o planejamento global do capital acumulado é subordinado pela disposição privada e autônoma dos meios de produção.

A montagem de instituições formais democráticas em seus processos permite divisões administrativas a serem feitas largamente independentes de motivações específicas dos cidadãos. Isto ocorre através de um processo de legitimação que elide motivações generalizadas, isto é, difunde lealdade das massas, mas evita participação. Esta alteração estrutural do domínio público burguês gera instituições e processos que são democráticos na forma, enquanto a cidadania, no meio de uma sociedade politicamente objetiva, m gozar do status de cidadãos passivos apenas com direito em embargar a aclamação. As decisões privadas autônomas de investimentos, tem, pois sua necessária complementação no privatismo cívico da sociedade civil.¹⁰

⁹ Cf. Châtelet, 1983.

¹⁰ Habermas, Jürgen. A crise de legitimação no capitalismo tardio, 1980, pp.51-52.

Ao lado dessas instituições que asseguram a legitimação da classe liberal, alguns traços de conservadorismo e reformismo são requeridos tanto nas antigas democracias burguesas quanto nas novas. Isso se dá através de uma suplementação sócio-cultural que incide por meio de tradições anteriores relacionadas a visões de mundo burguesas e restos de suas tradições como, por exemplo, do individualismo possessivo e da orientação para o êxito que se exprimem, respectivamente, pelo sistema de necessidades construído e no privatismo familiar vocacional.

Jürgen Habermas comenta criticamente sobre essa forma ideológica de dominação, sobre a fusão do burguês com as formas de cultura política familiar onde a racionalidade se mistura com engajamento encontrando equilíbrio no seu particularismo e numa mentalidade subordinada.

Se as elites devam ser poderosas e tomar decisões autoritárias, então o envolvimento, a atividade e a influência do homem comum precisam ser limitados. O cidadão comum precisa transmitir poder às elites e deixá-las governar. A necessidade de poder das elites requer que o cidadão comum seja relativamente passivo, não envolvido e reverente perante as elites. Pois o cidadão democrático é convocado a seguir objetivos contraditórios: ele pode ser ativo, contudo passivo; envolvido, contudo não demasiado envolvido; influente, contudo reverente.¹¹

Não é apenas com o pluralismo das democracias liberais e através dele, que as elites se constituem como classe política hegemônica, mas com uma contínua reprodução de valores burgueses na estrutura familiar e educação, inclusive infantil, onde a valorização do individualismo é reforçada. Ainda que se preocupe em socializar o ensino com trabalhos em grupos nas escolas, a orientação fornecida inerente à própria cultura capitalista, transcreve valores repetidos que tem curta distância para com os padrões de necessidades de consumo burgueses, ou seja, existe uma estreita ligação entre os valores pregados ideologicamente de ascensão na hierarquia social, sucesso ocupacional, e individualismo para se obter posses e

¹¹ Ibidem, p.58.

lucros. São valores que estão em jogos assentados na acumulação constantes se enquadrando no reino da necessidade privada tendo raízes na competição capitalista. Isto é favorecido em parte pelo conceito de liberdade que foi apreendido historicamente pela coletividade como lei do mercado, institucionalizado juridicamente. Até mesmo o pluralismo político vem absorvendo essa característica do mercado, garantindo sua existência e a vitória de um sobre o outro em virtude da competição.

Assim, os partidos e suas organizações como caráter de corporação fizeram com que uma minoria recrutasse uma luta grandiosa em favor de suas competições pelo poder, alocando de tempos em tempos o apoio dos cidadãos.

CAPÍTULO II

CARÁTER INTERVENCIONISTA DO ESTADO EM SOCIEDADES AVANÇADAS

2.1-Técnicas avançadas para a revolução científica no trabalho

Ao pensarmos em sociedades avançadas necessariamente estarão ligados a elas alguns elementos que fizeram com que essas sociedades adquirissem o atributo de avançadas. São certamente elementos de ordens sociais, econômicas e política que possibilitaram no decorrer do século XX o enquadramento e a divulgação desse status diferenciável mundialmente reconhecido.

Nesses países considerados ricos, as evoluções do capitalismo associadas à produção em escala das mercadorias tiveram uma expansão gigantesca. Aliado a isto, a concorrência mundial da exportação de capitais ajudaram através da economia e do mercado livre a ter a resposta dos setores políticos, mais precisamente o aparecimento cada vez mais expressivo do capitalismo monopolista de Estado.

As duas grandes guerras mundiais serviram ao imperialismo na medida em que as nações organizadas dominaram outras menos organizadas, movimentando a indústria da guerra e formulando o discurso de paz mundial mesclado com todas as intenções de exploração obrigatória para continuidade do capitalismo. O resultado foi a repartição do globo terrestre entre os grandes países capitalistas.

Por outro lado tínhamos o bloco socialista não suficientemente em condições de receber o rótulo de uma sociedade avançada. Isto porque apresentava um evidente atraso

tecnológico e uma burguesia sem poder econômico se comparado ao modelo ocidental. Uma economia em boa parte agrária com resquícios do feudalismo. Promoviam uma verdadeira maratona rumo ao desenvolvimento, utilizando ‘formas de adaptação ao capitalismo’¹² para superar suas deficiências, onde almejavam tanto quanto outros países, a industrialização, a geração de empregos e a produção de mercadorias no intuito de aquecer o mercado. Quando no projeto planejado, Lênin¹³ critica o surgimento dos trustes como sendo um produto tipicamente capitalista, oriundo de seu aperfeiçoamento e fator final de sua decadência, é com essa novidade que seu programa se dará conta tentando combinar uma organização superior ao capitalismo. Assim, é com a aliança à revolução científica e técnica ao nível da racionalidade planejada que o Estado se inscreve intervindo obrigatoriamente na economia.

Lembrando que no período da revolução francesa, seus teóricos conseguiram com o uso da razão legitimar as mudanças que favoreciam a uma classe incipiente e também ao Estado que as representava, no início do século XX a razão reaparece aplicada no processo de produção que trouxe certamente uma outra revolução, agora dentro das fábricas, mais precisamente nas modificações que se operam no campo da divisão social do trabalho.

Houve, portanto uma expansão extraordinária do capital, lucros incríveis para os patrões. O taylorismo no ocidente aparece envolvido na organização científica do trabalho.

Supõe a idéia de uma racionalidade inerente ao processo de produção, como se este fosse dotado de leis naturais a que os homens e a ciência devessem subordinar-se e obedecer. O taylorismo aparece então como um método que expressa essa racionalidade inscrita na ordem natural das coisas, ou seja, ordem objetiva que o autoriza sem comportar refutação qualquer.¹⁴

Considerando que o método de produção chamado taylorismo teve grande repercussão no regime capitalista expropriando de forma mais violenta a mais-valia dos trabalhadores operários, e que assim estes mesmos trabalhadores se afastam cada vez mais do

¹² Cf. Kurz, 1998.

¹³ Cf. Margareth, 1984.

¹⁴ Rago Margareth, Luzia & Moreira F. P. Eduardo. O que é Taylorismo. Editora brasiliense, p.26.

domínio dos meios de produção, fica bastante claro também considerar que os autores desse método geralmente compõem uma classe com interesse também muito bem definido e lutam por seus objetivos. Possuem um plano transcrito em metas nas quais querem alcançar.

Parece pertinente, entretanto, compreender esta situação por meio das definições que Marx¹⁵ constrói do papel específico da ideologia, que, entre outros papéis, serve como ‘instrumento da luta de classe’ impedindo que a dominação e a exploração sejam percebidas em sua realidade concretas. Nesse caso, o uso do método Taylor por Lênin, tendo para este a referência marxista de análise, parece ser uma atitude ou uma política contraditória, a não ser que procuraram extrair das tensões do regime capitalista, em específico, do taylorismo, consequências práticas e políticas para o fortalecimento do Estado. Mesmo assim, ambos os regimes (capitalista e socialista) em época de taylorismo, fizeram com que o Estado se fortalecesse, seja de forma declarada ou não. Se para Lênin a prática do método taylorista seria necessária, porque abraçava uma causa maior – o Estado, isso não é justificável como elemento diferenciador com relação ao Estado capitalista, pois ambos estavam fazendo a mesma coisa, só que com propósitos diferentes.

Então para começarmos a compreender a dimensão com que o campo da economia/mercado dialoga com o campo da política/Estado, passemos a olhar também para alguns pontos em comum entre dois ‘blocos’, que apesar de estratégias diferentes em seus ideais doutrinários, não se impediu que houvesse uma certa continuidade, por parte do Estado socialista, da dependência do Estado em desenvolvimento com relação ao dinheiro gerado no mercado. Na linguagem de Robert Kurz, “ambos fazendo parte de um mesmo campo histórico da modernidade”¹⁶. Na Rússia foram analisados os decretos sobre o taylorismo no Presidium de Vesenska.

¹⁵ Cf. Chaui, 1990.

¹⁶ Cf. Kurz, 1996.

O camarada Lênin propõe uma série de adentos e de formulações mais precisas sobre certos pontos; ele propõe concretizar o projeto (sobre a disciplina no trabalho). A remuneração por peças deve ser estabelecida em todos os ramos da produção; nas especialidades em que não for possível, instituir um sistema de prêmios. Para controlar a produtividade e assegurar a disciplina, é preciso criar conselhos de vigilância, grupos de controladores constituídos fora da empresa, entre as diversas profissões: engenheiros, contadores, camponeses. O decreto deve falar claramente sobre a introdução do sistema Taylor, ou seja, sobre a utilização de todos os métodos científicos de trabalho implícitos neste sistema. Sem ele é impossível aumentar a produtividade, e sem esta nós não introduziremos o socialismo. Por ocasião de aplicação deste sistema, convidar engenheiros americanos.¹⁷

Estes esforços eram alimentados pelo discurso de superação econômica em virtude da primeira guerra e das revoluções internas com o propósito de construir uma sociedade superior à capitalista e ao mesmo tempo considerando a aplicação do sistema Taylor visando sua técnica em si, desprovida de uma circunstância política e de sua utilização dentro de uma classe. Entretanto, sua utilização servia a fins objetivos de centralização e autoridade, um poder militar totalmente disciplinado que condizia com a idéia do partido único do Estado, este por sua vez, articulado conforme as determinações do conselho superior de economia nacional (Vesenka).

A prática do taylorismo desenvolvidos na estrutura econômica dos regimes capitalistas e socialistas começa a delinear historicamente uma renovação imperiosa da divisão social do trabalho. Como meio de conquistar riquezas para o país, e também para o Estado, um novo processo de acumulação, controle e coerção concentrados na produção de mercadorias, leva-se a pensar nas relações de domínio de uma classe sobre outra, já que se concentra a situação de exploração mediante o afastamento extraordinário dos trabalhadores dos seus meios de produção, simplificação de suas tarefas e funções dentro da fábrica, resumindo-os quase que a uma ferramenta da produção capitalista.

A ideologia influencia a realidade na medida em que esta nova situação passa a ser encarada como a certa, a única possível existente. Quando esta realidade é apresentada aos

¹⁷ Ibidem, p.88.

trabalhadores como forças externas das quais não possuem controle. Daí que fica possível entender a expressão de Marx acerca da ideologia como conceito negativo, de seu caráter falso, ou melhor, de sua falsa representação na relação de domínio de uma classe sobre outra. Isso pode ser entendido quando a divisão social do trabalho, inaugurada pelas novas formas de produção do sistema Taylor, começa a influenciar a consciência dos trabalhadores, precisamente, suas crenças imediatas que passam a reproduzir-se tal qual as crenças de uma classe particular, até que se consagre como uma crença universal.

Assim, para Marx, a ideologia não tem apenas a falsidade em sua estrutura de dominação, mas cumpre uma função social determinada pelos componentes de ordem econômica, e também pela política. Em ambos os casos, a ideologia exerce sua força quando as idéias dominantes passam a dissimular a luta de classes na sociedade, ao representar, no Estado, os interesses contraditórios como se fossem interesses comuns a todos. Desta forma fica ocultada a origem real das condições da vida social dos indivíduos, que na verdade está totalmente comprometida na exploração de uma classe sobre outra e na luta por interesses contraditórios. Em outras palavras, as classes que estão no comando e aquelas que se submetem ao comando são responsáveis pela situação histórica na qual vivem.

Portanto, não é válida a crença de uma autonomia das idéias dominantes, mesmo que estas queiram se impor enquanto tal. Se de certa forma, a cargo do poder da ideologia, muitas idéias são tidas como universais e reproduzidas socialmente como verdades, é porque são apropriadas por outras classes sem perceberem que tais idéias não correspondem às suas condições de existência decorrentes da exploração a que estão submetidos diariamente.

Quando Engels¹⁸ explicou, detalhadamente, as mudanças ocorridas nos processos de produção da idade média à indústria com a grande importância que se atribuiu à mercadoria enquanto produto social, a ideologia se manifestou, ao constatar-se, que esse

¹⁸ Engels, Friederich. Do socialismo utópico ao socialismo científico. 8ªEd. São Paulo, Global Editora, 1986.

produto ganhou o estatuto de autonomia frente ao trabalho que o operário se dispõe para fabricá-lo e também frente ao capitalista que dele se apropriou.

Anterior a essa constatação, a divisão da sociedade entre proprietário e não-proprietário conseguiu permanecer através da divisão entre possuidores dos meios de produção e aqueles que vendem sua força de trabalho para a produção das mercadorias. Essas mercadorias passam a ser o resultado concreto da vitória de uma classe que lucrou ao pagar um salário padronizado não correspondente à totalidade dos esforços do trabalhador, ou seja, com um visível déficit para quem produziu. Ao mesmo tempo, essa produção traz ao capitalista as condições de ampliar seu poder de compra e aquisição de bens materiais que o diferencia naturalmente daqueles que nada possuem além de sua força de trabalho. Decisivamente, esta situação é assegurada pelo poder das Leis do direito, instituídas através de um dos aparelhos do Estado.

Assim, uma das principais defesas desse Estado de direito, que é estendido como de direito às classes como um todo, é a da propriedade privada.

Se for correto afirmar que o aparecimento da mercadoria no desenvolvimento do capitalismo a faz figurar-se como um produto social, e que, o surgimento de uma classe contraposta à outra marcando a separação e o despojamento dos produtores direto de seus meios de produção é parte das relações econômicas e políticas em uma sociedade, então o que seriam estes aparelhos de Estado que tanto vem se desenvolvendo nas sociedades avançadas e intervindo diretamente nas relações sociais?

Nicos Poulantzas levanta algumas questões pertinentes para se entender da base à superestrutura esta realidade moderna. O papel dos aparelhos de Estado argumenta, é: “Manter a unidade e a coesão da formação social, concentrando e sancionando a dominação

de classe. As relações ideológicas e políticas são materializadas e incorporadas, como práticas materiais, nesses aparelhos”.¹⁹

Ainda segundo este autor:

No estágio do capitalismo monopolista, o Estado é ‘separado’ da estrutura econômica, o que lhe dá a aparência de ter relativa autonomia em relação à classe dominante, que se desempenha como parte da relativa separação entre o político e o econômico, que é a característica do capitalismo.²⁰

No Estado monopolista há uma maior valorização do capital em virtude de sua extensão à produção como forma de gerir as crises advindas do sistema capitalista. Então, como a mercadoria foi criada como um produto social, parece impossível que o Estado não seja, em sua essência, outra coisa senão também um produto social, sujeito a crises como a reverências conforme esteja em questão o todo social que o compõe.

No início deste capítulo levantou-se alguns traços do método científico denominado taylorismo como sendo característica do Estado moderno. Esse método avançando dentro do regime capitalista se instalou também noutro país, na União Soviética, onde acompanharam essa novidade no intuito de competir e até superar mediante a estratégia de fortalecimento do Estado Único.

Porém, resta ainda dizer sobre o taylorismo é que este método de aceleração da produção e de controle do uso do tempo dos trabalhadores facilitou a reprodução das relações capitalistas de produção operando na própria base do sistema. Nesta análise de Marx, soma-se mais dois recursos que são:

O exército de reserva, de desempregados, criado de várias formas, produzindo medo de perda de emprego entre os trabalhadores e, assim, evitando ou diminuindo a organização dos sindicatos, aumentando a produtividade e conservando em baixo nível a pressão quanto aos salários; (...) a favorável acumulação de capital e o conseqüente aumento do salário médio²¹.

¹⁹ Carnoy, Martin: Educação, Economia e Estado – Base e superestrutura relações e mediações 13ª edição p. 39.

²⁰ Ibidem p. 70

²¹ Ibidem, p. 71.

Com o aparecimento das crises nos setores produtivos em sociedades avançadas renovam-se as formas de equilibrar o sistema que é uma característica do Estado contemporâneo seja na forma de “acordos de classe” entre patrões e empregados nas indústrias e numa conjuntura maior entre indústrias e classe dirigente vinculada às decisões políticas. A esse aspecto as crises passam a ocupar um lugar comum no cotidiano dos países industrializados.

Uma das maiores vitórias do capitalismo nos países industrializados foi conseguir que os trabalhadores aceitassem as crises econômicas como parte do processo de desenvolvimento. Todavia, essa aceitação não é necessariamente o resultado do domínio ideológico, mas sim o resultado da solução consistentemente bem sucedida de tais crises com um período subsequente de crescimento econômico e elevação de salários. Os trabalhadores passaram a acreditar que as crises seriam seguidas de um ‘boom’ econômico, isto é, de uma solução que garantiria dias melhores e que, em longo prazo, essa melhoria seria estável. Se as condições pararem de melhorar por um significativo período de tempo, a crença no sistema será corroída.²²

Ainda recorrendo à linguagem marxista quanto à superestrutura e estrutura, parece pertinente analisar o Estado contemporâneo intervencionista, principalmente, na relação dialética desses termos, ou seja, na produção e reprodução do sistema por intermédio do Estado. Como podemos notar nessa citação longa, porém interessante:

A mais importante alteração que observamos nas sociedades capitalista, nos últimos 50 anos, é aquela que diz respeito ao papel crescente do Estado em assegurar que as crises serão menos profundas e que serão resolvidas. Como a análise de Poulantzas explica, este é o resultado da luta de classes: os trabalhadores exigem que o Estado reduza as injustiças do desenvolvimento capitalista, tal como os capitalistas tentam transformar essas intervenções em vantagens para si, pressionando para obter apoio direto do Estado a expansão capitalista. Outra vez a intervenção do Estado, desempenhando um papel reprodutivo no processo de acumulação capitalista (assim, como seu papel produtivo) é importante e não pode ser ignorado. Contribuindo diretamente para facilitar a acumulação de capital através da intervenção econômica, o Estado colabora para aumentar a fé no sistema de produzir mercadorias. Quanto mais bem o capitalismo funcionar atualmente, tanto menos os trabalhadores estarão dispostos a descartá-lo em favor de algum outro sistema. Isto não é uma intervenção ideológica direta, mas uma intervenção econômica com raízes ideológicas.²³

²² Ibidem p. 72

²³ Ibidem, p.73.

Começa-se então a delinear um quadro sócio-político em relação a esse Estado intervencionista que mudou seus fins se comparado com aquele Estado Liberal capitalista onde deixava a cargo do mercado as construções da estrutura e legitimidade do sistema.

As relações de classe na sociedade capitalista avançada vão passar fundamentalmente pela interferência do Estado na economia dos mercados, não apenas, como cobrador de tarifas e impostos sobre os produtos e serviços gerados, mas, principalmente como administrador das leis, da justiça social e das crises.

No entanto, as classes políticas (dirigentes) estão muito mais próximas das elites privadas donas do capital e seus investimentos são recíprocos, favorecimentos econômicos às elites capitalistas em resposta à manutenção em longo prazo da ocupação na política. Já as classes desprovidas de capital e que não se relacionam diretamente com o Estado no processo de investimentos, decisões, apelam, para a crença de que o mesmo deva suprir as injustiças sociais geradas pelas desproporcionalidades das distribuições de riquezas, e, também, solucionar as crises encaradas como de responsabilidade de cada governo que assume o poder do Estado e tem a possibilidade de exercê-lo.

No intuito de chegar a uma compreensão que fuge às místicas que o Estado impõe, essa discussão se encaminha para a análise de algumas formulações que abrangem visões positivas e visões negativas acerca do Estado. Este processo de análise não tem como objetivo chegar a um conceito em definitivo, porque isto deixaria espaço para uma série de contradições, visto que o Estado assume características próprias conforme dada sociedade em relação ao seu nível de desenvolvimento econômico e em decorrência de momentos históricos.

2.2 – Para além de algumas mistificações

Em sociedades onde o capitalismo já se encontrou na forma avançada e as crises não são mais novidade alguma, vimos um pouco dos processos pelos quais essas sociedades se mantêm em função do Estado e de sua intervenção, elevando-o ao papel de gerente ou administrador do capital existente, este que se concentra no volume gigantesco de indústrias, mercados de importação e exportação, respectivamente de matérias-prima e de capital.

Por um outro lado, em países caracterizados pelo seu desenvolvimento industrial tardio, como nos latino-americanos, existem particularidades que levadas em consideração podem contribuir para desmistificar algumas crenças em relação ao papel do Estado, geralmente crenças divulgadas por uma classe em vantagem política e econômica e também pelo seu nível de educação assegurada. Tais crenças se situam numa visão positiva em relação ao Estado que tem suas raízes no liberalismo.

Antes de nos atermos à estrutura dessa visão positiva voltemos nos casos dos países latino-americanos em específico da realidade colonial no Brasil. Alguns fatos ajudam a compor o espaço de discussão em torno do Estado no Brasil: sua trajetória se deu pela transferência da estrutura administrativa portuguesa antes de aqui ter se constituído uma nação, ou seja, de ter minimamente uma organização das culturas, pelo contrário, no Brasil havia diversidade em sua composição cultural muito diferente da cultura européia onde já se delimitavam a composição de classes em função da divisão do trabalho e da produtividade. O que houve foi uma importação do modelo político²⁴ para se adequar apressadamente passando por cima da realidade brasileira não se preocupando em romper com o passado colonial, muito menos no reconhecimento da sociedade, mesmo que dispersa no território, no momento de proclamar a independência. Essa independência se inscreveu muito mais numa solução negociada entre as dinastias Bragantina e as elites coloniais do que numa participação consciente e inclusiva de outros setores. Enquanto as elites proprietárias (oligarquias e

²⁴ Cf. Lessa, Seminário Internacional, 1987.

latifundiárias) controlavam o Estado dominando politicamente o cenário brasileiro, davam pouca importância aos interesses do povo, cegas que estavam com a servidão para com o capitalismo internacional.

Sendo assim, de um modo muito particular no Brasil, o Estado intervencionista fez com que houvesse desenvolvimento do capitalismo sem a existência do capital, como produto e recriação da acumulação exercida pelo próprio Estado que se transforma num dos principais agentes do processo econômico.

Acredita-se que assim intensificou-se a separação entre Estado e sociedade, principalmente pela permanência do Estado como um agente provedor do paternalismo, onde a sociedade espera sua atuação. Em períodos de campanha política, com a mudança possível da classe no poder, acentua-se o discurso paternalista do Estado ou usando ele para o discurso, neste momento, sendo responsável por todas as soluções desejáveis pela coletividade, pela esperança nas mudanças, pelas injustiças anteriormente deflagradas, mas que agora novos projetos serão mais 'realistas' porque a sociedade quer o melhor e saberá escolher.

A visão positiva de Estado mais que precisamente se valeu na cultura política brasileira marcando sua posição e natureza mascarada e contraditória do ponto de vista das classes populares que não o reconhece próximo de sua realidade cotidiana. Sabem de sua existência, de sua onipresença com relação aos conflitos sociais, e de sua potência exterior à sociedade. No entanto, tal mística existe pelo fato de não haver transparência de suas ações controladas egoisticamente por facções elitistas que se valem do discurso do interesse universal, sendo este, o pretexto por esta ou aquela escolha na hora de usar o dinheiro dos outros, o dinheiro público, ou de financiar o Estado a custo do capital estrangeiro. No ato de escolher o que fazer, a execução das medidas administrativas já denota sua separação com relação à sociedade não-dirigente.

A visão positiva de Estado é estritamente compatível, ao nível do discurso, com a visão das classes dominantes (classes dirigentes e proprietárias do capital) no propósito de que essa visão seja assumida também por outras classes e que essas a reconheça como legítima no caso de ser assegurada por um Estado permanente de direito. A própria retórica formalista dos ‘guardiões do direito’²⁵ que dita a supremacia constitucional, o império da lei (igualdade de todos perante ela), e a democracia das maiorias pelo sistema representativo, pode parecer tudo de mais justo já agrupado pela racionalidade humana. Mas diante das desigualdades crescentes, principalmente das condições econômicas mais perceptíveis em sociedades atrasadas, essas retóricas se constituem em mitos propagados à coletividade, no intuito de que essas máximas sejam aceitas como verdades inquestionáveis, como títulos colocados acima de qualquer realidade que as empurre para a contradição.

Dentro da visão negativa atribui-se uma crítica à tradicional visão burguesa de universalidade em relação aos interesses, que colocados como tais, na realidade não fogem aos interesses minoritários: os colocam acima da sociedade. Marx e Engels são um dos pioneiros a arrancarem a roupagem de benevolência com que a burguesia se cobria, apontando para a origem do lucro e da acumulação do capital, fatores geralmente ocultados e por um outro lado, avalizados, pela razão teórica dos contratos sociais. Essa crítica visa compreender o Estado enquanto uma superestrutura do modo de produção capitalista, agente executivo da dominação repressiva da burguesia e como fator essencial para a reprodução das contradições de uma estrutura de classe.

Um dos principais eixos de análise da visão positiva está no que diz respeito à separação entre sociedade civil e Estado. Questão bastante polêmica que é pertinente a esse tópico sobre mistificações diretamente associado no quesito representação de classe.

²⁵ Cf. Wolkman, 1997.

A separação entre sociedade civil e Estado está inscrito numa forma de ideologia da classe dirigente, em outras palavras, num mito divulgado pela visão positiva, ou esta divisão efetivamente ocorre em virtude de muitos fatores próprios do desenvolvimento das tradições políticas liberais do século XX?

Quando a tradição política burguesa constrói a idéia da ‘sociedade civil’, entendida como um sujeito social provido de totalidade, estarão presentes os indivíduos no dever de atribuir um caráter orgânico a esta idéia, no momento de entregar poderes que julgam convenientes para garantir sua própria conservação e a do resto da humanidade e que será regulada por leis. Esses poderes destinados à sociedade civil tinham como objetivo garantir a liberdade individual e a livre utilização por cada um de sua atividade e de seus bens. O que desde então, já era reconhecida que tal liberdade implicaria numa desarmonia completa devido às desigualdades entre os membros da comunidade.

Sendo assim, essa tradição política é bastante compensada pelo pensamento hegeliano como é mencionado por François Châtelet:

... Torna-se necessária a instância para manter a coesão e, sobretudo, para fazer com que a totalidade da comunidade, elemento de uma família, submetido às necessidades e agente de uma profissão – proprietário(pelo menos de sua atividade), consumidor e produtor -, em cidadão, ou seja, em sujeito responsável pelos seus atos, capaz de comandar e de obedecer com conhecimento de causa. Essa instância tem de ser soberana.(...) Historicamente, um povo só é um povo quando se constitui em Estado.²⁶

Temos então os primórdios donde a sociedade civil toma a forma de Estado, e que, futuramente, para a própria manutenção do regime liberal, este Estado se mostrará interventor.

²⁶Châtelet, François & Pisier-Kouchner, Evelyne. As concepções políticas do século XX – História do pensamento político, 1983, P.116.

... O liberalismo político, fundado sobre a igualdade e a liberdade de cada um e de todos sobre a propriedade como direito natural, sobre os 'direitos do homem', é a aparência que o regime liberal mantém e defende como princípio de sua existência; a intervenção estatal é a essência que, por sua vez, está no princípio de seu funcionamento.²⁷

A separação entre Estado e sociedade pode ser compreendida quando na prática da política governamental, a classe dirigente atende aos interesses privados de grandes empresários da indústria e do comércio com muitos favorecimentos ao aplicar tarifas reduzidas de impostos a esses 'clientes' do Estado, em detrimento aos gastos que poderiam ser feitos em favor das melhorias sociais aos eleitores. Os investimentos recebidos pelo Estado geram novas necessidades no caminho da acumulação constante de capitais, que por essa razão quem mais ganha na administração do governo burguês são os próprios burgueses, porque os assuntos referentes à administração pública não têm concordância imediata com a vontade popular. Pelo contrário, o Estado tenta não enxergar os conflitos sociais, mas dá abonos irrestritos à competição no mercado, já que são vistos como necessários e fundamentais para o desenvolvimento da nação.

No decorrer do desenvolvimento industrial não eram somente as tradições do pensamento político liberal que determinaram grande influência sobre a formação do Estado e seu relacionamento com a economia. Nas sociedades avançadas, o poder dos intelectuais do campo da sociologia do conhecimento²⁸ inaugurou um processo novo para a modernidade com forte respaldo na ciência e na tecnologia almejando a totalização do social e a neutralidade objetiva. Com inspiração em Durkheim, a política e a burocracia superdesenvolvidas adquiriram um formato de verdade científica poderosamente elitizada, que poderíamos até pensar numa intensificação daquela separação entre Estado e Sociedade.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Cf. Châtelet, 1983.

2.3 – Formação de elites profissionais

“O ato de governar deixou de ser um problema político para se tornar um problema técnico”.

Com essa afirmação retirada de “Elementos para uma crítica do Estado” de Antônio Carlos Wolkman, trazemos a discussão, nesse momento, abordar: que tipo de classe social dirigente se estabeleceu no Estado contemporâneo?

O termo ‘técnico’ nos induz a pensar em operações práticas com fácil assimilação, objetivos e decisões definidas, metas que poderão ser cumpridas em determinado espaço de tempo, com diversos critérios detalhados de um planejamento administrativo coerente, levado a um fim proposto por algum projeto, racionalmente aceito. As decisões são rápidas: dia após dia criam-se medidas provisórias, pacotes e decretos que poderão vir a se tornar leis, na medida em que o poder executivo do governo se fortalece, desequilibrando os poderes legislativo e judiciário.

Outras características desses regimes avançados, de preponderância no executivo, são as substituições das antigas democracias estatais burguesas por tecnocracias estatais definidas por administradores profissionais e técnicos burocratas altamente qualificados²⁹ que juntos operam através de complexas organizações burocráticas. Dentre os critérios de conduta política, o mecanismo estatal passa a funcionar segundo padrões de eficiência, racionalidade e planejamento, o que o aproxima, da imagem de uma empresa privada, pensando nos termos estruturais dessa ação estatal.

O Estado incorpora a ciência em seus mecanismos de poder – experts intelectuais, como um corpo de especialistas e profissionais, são controlados através de sua dependência econômica dos aparelhos do Estado moderno. Esses cientistas - de uma forma ou de outra – tornam-se, em grande parte, funcionários do Estado. Por exemplo, nos Estados Unidos, uma alta porcentagem de todos os profissionais (cerca de 25 a 30%) são diretamente empregados do governo federal, estadual ou local (muitos em educação), enquanto outra importante porcentagem depende diretamente

²⁹ Cf. Wolkman, 1997.

do orçamento do Estado para sua manutenção (contratos de defesa, contratos de pesquisa em universidades particulares). As pesquisas estão pesadamente influenciadas por tais contratos governamentais, que têm também um importante efeito sobre a nova tecnologia.³⁰

Essa classe de profissionais está engendrada dentro de uma realidade de intensa expansão industrial que não se quer e não se pode mais controlar, cujo ritmo só tem uma desaceleração na ocasião de fortes crises no sistema. Sob o prestígio das sociedades de consumo com sua variedade de produtos disponíveis no mercado, está o desenvolvimento da ciência, da pesquisa e da tecnologia, proporcionando um estímulo constante para a reprodução do capitalismo e ocultando as contradições mais profundas que este sistema provoca aos despossuídos em virtude da prosperidade material e ampliação das necessidades de consumo geradas.

Se a ciência recebe um intenso investimento por parte do Estado contemporâneo e esse investimento é traduzido pelo desenvolvimento avançado das pesquisas nos melhores centros intelectuais do mundo, nada mais consistente do que considerar a ciência como uma força produtiva porque ela não se resume em si e para si mesma. Na realidade, ela articula-se em função do sistema de produção de mercadorias, e, devido ao avanço tecnológico estimulado constantemente pelas inovações, descobertas que possuem um raio de ação bastante dinâmica.

Entretanto, o processo de universalização da ciência, que será necessário para ela se tornar um elemento da política, tem suas raízes no domínio do homem sobre a natureza, e no domínio empírico do conhecimento lá nos séculos XVII/ XVIII com a influência decisiva de Descartes.

³⁰ Carnoy, Martin. Educação, Economia e Estado – Base e superestrutura relações e mediações, 13ª edição. P.45.

Pois o esquema proposto na carta –prefácio aos princípios de filosofia – ou seja, ‘todo saber é como uma árvore cujas raízes são a metafísica, cujo tronco é a física e cujos ramos são a medicina, a mecânica e a moral’ – não é somente uma classificação original das ciências: é uma afirmação relativa ao vínculo necessário entre o processo de conhecimento, que visa à inteligibilidade, e a prática de apropriação da realidade, que visa à dominação. Conhecer é dominar duplamente: fazendo com que desapareça o mistério do objeto, mas também o submetendo às transformações materiais correspondentes à vontade dos homens.³¹

No entanto essa forma incipiente da ciência experimental modificou-se consideravelmente a ponto de ramificar-se nas ciências aplicadas e a encontrar um elo com as indústrias, historicamente no período pós-guerra, envolvendo cada vez mais numerosas organizações de pesquisa científica.

... E essa pesquisa se desenvolve em unidades que são verdadeiras fábricas, implicando divisão de trabalho, hierarquia, programação estrita das tarefas, definição de um plano de rentabilidade ‘teórica’, comportando ao mesmo tempo um certo segredo – na medida em que intervém uma competição que envolve a preeminência estratégica, o domínio industrial e o prestígio nacional – e uma rede mundial de informações e comunicações.³²

Neste caso os investimentos provêm do capital privado, e na falta desse, o Estado participa complementando ou até mesmo chegando a substituí-lo conforme o caso específico do país. O fato é que, indiscutivelmente, a ciência passa a fazer parte diretamente das forças produtivas.

Um outro campo das ciências interferiu na constituição do Estado contemporâneo que se alia à influência da revolução científico-técnico industrial. Na maneira de interpretar a sociedade, o indivíduo e a totalidade social, as ciências sociais virão a proporcionar uma alavanca aos pontos de vista da ‘ação universal’ defendidos pela política, que tem, como eixo, o pensamento de Durkheim: associar o objeto ao todo social – totalidade, que tem como função responder as necessidades humanas e como efeito, a integração dos indivíduos e dos

³¹ Châtelet, François & Pisier-Kouchner, Evelyne. As concepções políticas do século XX – História do pensamento político, 1983. Pp.117-118.

³² Ibidem, p.453.

grupos no conjunto social. Durkheim buscou na psicologia a representação do individual no social³³, e pretendia repassar o estudo à análise da representação coletiva. Dessa forma, no projeto de construção do Estado a partir de princípios como estes, foi se idealizando um projeto de totalização e de integração, onde se buscava, com uma noção neutra de observação, enquadrar e ajustar os desníveis e disfuncionalidades a um modelo de verdade.

Assim, o esquema do exercício sociológico é, aparentemente muito claro: esse exercício aborda a 'coisa social', cujo lugar ele construiu, graças a uma crítica precisa dos pressupostos geralmente admitidos (particularmente os da filosofia da história); e realiza essa abordagem com a máxima objetividade, efetuando observações extraídas dos materiais da história voluntária ou involuntária e utilizando o método comparativo como substituto da experimentação. Assim, ele fornece resultados que tem uma dupla função: enriquecer o conhecimento, por um lado, e, por outro, dar aos administradores os elementos para determinar os meios capazes de permitir a realização mais adequada dos fins escolhidos por eles ou por aqueles de que são mandatários.³⁴

A análise sociológica que tem raízes na psicologia, e na representação individual em sua pretensão de se valer como uma representação coletiva, influenciou decisivamente a referência a um 'conjunto social' ao se expressar numa noção universalista.

O que ela propõe à administração dos políticos é uma imagem redutora, onde as lutas e os antagonismos de poderes são considerados ou como superficiais, quando comparados com o peso do fundo social, ou então como fatos patológicos. É assim, de qualquer modo, que essa imagem ingressa no campo da política.³⁵

Temos então um ambiente onde a racionalidade científica pressupõe uma ordem objetiva que guia as novas formas racionais que o Estado assume. Tanto a corrente da sociologia como a que vem a se constituir como ciência política são caracterizados por uma visão pragmática com relação às ações, como se estas fossem desprovidas de qualquer ideologia, e no caso de tais ações viessem a ser providas, se constituiria numa coisa negativa à

³³ Cf. Châtelet, 1983.

³⁴ Ibidem, p.456.

³⁵ Ibidem, p.461.

gestão política. Por esse motivo devem ser afastadas, no que decorre para uma tendência, em sociedades avançadas, de se por fim as ideologias ou ao seu declínio. Torna-se mais fácil administrar com ações políticas que não irão recorrer a discussões sobre posição ideológica e como esta participaria numa determinada ação. Desprezando tal preocupação, alinham-se as diretrizes para uma ação objetiva com forte inclinação a se apoiar na razão científica, entendida como verdade acima de qualquer 'ideologia', mas que na realidade servem a um determinado sentido na hora de atuar com decisões políticas na vida social, ou com o conjunto social.

A crença no 'fim das ideologias' impõe a existência de uma nova elite que aprendeu com o desenvolvimento das formas modernas do capitalismo no que se refere ao dinamismo das ações realizadas nas grandes indústrias, em suas soluções rápidas e eficientes, estritamente técnicas, no dinamismo dos computadores. A ação política levada a cabo em seu sentido técnico (operacional), ergue-se de forma totalizante no Estado contemporâneo, atribuindo mais poder àqueles que estão decididamente envolvidos nesse processo, e muito menos poder àqueles que estão excluídos dessa realidade, tanto por não fazerem parte dela, na prática, quanto por não possuírem consciência real de sua dominação.

2.4 – Materialismo histórico

Não foi por simples acaso que Marx afirmou estar na capacidade e na necessidade de produzir seus próprios meios de existência a diferenciação dos homens em relação aos animais. Diferenciação que se dá, não pelo fato de possuírem razão ou porque pensam, mas na transformação da natureza através de suas práticas.

Contrariando o materialismo contemplativo de Feuerbach, que fazia do homem um conceito abstrato, a novidade do materialismo histórico dialético se efetuou na razão de tomar o homem como um ser social ativo e fazedor de história. E foi com importante interesse

desmistificar o mundo, dar a ele uma interpretação correta em decorrência das questões sociais derivadas dos absurdos na exploração econômica por um lado, e por outro, dos absurdos na filosofia política, em particular, dentro dos círculos intelectuais alemães.

Pela primeira vez na história surgiam afirmações radicais e enfáticas de uma teoria revolucionária que propunha enxergar a criação da realidade existente como de total responsabilidade dos próprios homens, assim como também da criação das idéias que tentam explicar essa realidade.

O que Marx notou sabiamente é que as explicações sobre essa realidade que se apontava como moderna, não correspondiam aos fatos, ou seja, tais fatos colocavam em contradição as idéias sobre eles, e ainda encobriam muitos elementos da realidade, porque eram parciais.

Partindo da base real da sociedade, suas necessidades básicas, constatou-se a existência de uma classe que por nada possuir além de sua força de trabalho era explorada por outra possuidora dos meios necessários para produzir (proprietários de ofícios, latifúndios, máquinas); assim em função da existência da propriedade privada ocorria a divisão social do trabalho, o que determinava obviamente interesses opostos dessas classes. Como então surge a sociedade civil, que é a base da história, a primeira base real da qual emerge as relações de produção?

Na visão de Marx a sociedade civil não é um corpo subordinado ao Estado, onde este seria uma entidade representativa dos interesses gerais e comuns dessa sociedade civil. A sociedade civil para Marx é o resultado de forças multiplicadas decorrentes da cooperação entre os homens em suas relações de produção material e também intelectual. Essas forças multiplicadas geradas na sociedade civil adquirem a forma de Estado, mas que, no entanto, não é capaz de resolver “a contradição entre público e privado” , como pensava Hegel³⁶ e que

³⁶ Cf. Chauí, 1990.

ironicamente, aparece aos homens que compõem a sociedade civil não como poder deles próprios, mas como poder alienado, à margem dos homens e fora do alcance do seu controle.

Dentro da sociedade civil marcada pela valorização da propriedade privada, a divisão social do trabalho se intensifica, de onde poderemos encontrar, por um lado, o despontar de uma parcela de trabalhadores intelectuais comprometidos com a produção de idéias e, por outro lado, a existência de interesses particulares e interesses comuns. Por intermédio do trabalho daqueles intelectuais idealistas começou-se a divulgar a ilusão histórica de certas separações como, por exemplo, da economia e política, sendo assim da história política e da história econômica como campos distintos. Isto se deu porque a soma dos indivíduos começou a ser reduzida ao conceito de nação, na intenção de que fossem vistos com caráter de totalidade, o que, no entanto, desligou-os de seus papéis básicos enquanto classes nas relações de produção e de suas lutas políticas. Separando economia e política, ficou fácil ao Estado burguês adquirir autonomia política, já que cristalizou sua dependência em relação à produção econômica da sociedade civil.

É em relação ao Estado Bonapartista que Marx consegue definir o caráter dissimulador e centralizador do Estado, órgão que foi apropriado pela burguesia incipiente numa forma tradicional de poder: a república parlamentar em oposição ao feudalismo ou ao absolutismo.

A burguesia assume a responsabilidade política de representar o interesse comum de todas as classes através do corpo legislativo, o que não lhe dá o poder político propriamente dito, mas o poder social de agir na sociedade civil visto que cria as leis que servirão a todos.

Os indivíduos que compõem as classes sociais ganham a qualidade de cidadãos necessitados de um Estado que os represente em seus interesses políticos, ao direito à propriedade e que os responsabilize com deveres para com a autoridade. Na dualidade entre

corpo legislativo e corpo executivo é que o Estado Bonapartista consegue impor uma ordem burguesa à realidade francesa com predominância do capital em detrimento da pequena propriedade. Deste modo foi se desmascarando a pretensão em que eram defendidos interesses gerais por intermédio do poder executivo, visto que a maioria da população francesa era composta por pequenos proprietários, e não era interesse da nova ordem burguesa o apoio à pequena propriedade, mas sim ao grande capital industrial e ao latifúndio.

No Bonapartismo, a preocupação verdadeira do governo era a de mover os mecanismos políticos ideais para gerar o sistema capitalista inclusive do próprio Estado como expressão máxima de centralização.

CONCLUSÃO

Valores básicos foram erguidos em todas as sociedades capitalistas diante da grandeza populacional e abundância de produtos, num momento em que já existia a diferença entre ricos e pobres (que mais tarde foi designado o termo classes), e vindo a defender as liberdades de todas as classes ou grupos, independentes de suas situações e condições de vida, caracterizando em sua essência num jogo de (concorrência desleal).

As sociedades exploradas com as regulamentações das indústrias, do mercado e com as políticas que sustentam o grande latifúndio (porque traz mais dinheiro a economia nacional), passaram a esperar que o Estado fosse capaz de fornecer os serviços básicos que garantam a continuidade da vida humana, mais especificamente, os serviços estruturais regulamentados no código civil moderno, como, segurança, saúde, educação e moradia, etc. Por um outro lado, o Estado reconheceu ser o responsável pela administração do dinheiro público destinado a esses serviços e outros mais. Enfim, dentre os poderes do Estado, é o jurídico que determina, pelo menos teoricamente, esse compromisso. O que poderá acontecer nesse dilema? Os trabalhadores explorados, ao se constituírem uma demanda ativa possuem do ponto de vista do Estado um gasto necessário, porque sem a existência enquanto “clientes”³⁷ do Estado, não constituem, tão pouco, a manutenção da ordem capitalista. E o ponto de vista da classe trabalhadora, o discurso do Estado começa a perder sua validade nas chamadas crises de motivação.

Enquanto doutrina político-filosófica, o liberalismo clássico foi questionado principalmente pelos pensadores Karl Marx e Engels através do desenvolvimento do materialismo dialético e histórico. Esses pensadores apontam para as forças reais da história,

³⁷Cf. Canoy, 1988. Este autor usa o termo ‘clientes’ se referindo à crítica com que os defensores do pluralismo político, mais especificamente, os pluralistas pessimistas, fazem à democracia política como mecanismo de mercado.

como anteriormente ainda não se havia feito, elegendo causas específicas para a constituição de processos que virão a formar ou a produzir determinado acontecimento. Das relações de produção, os homens separados em classes pela divisão social do trabalho, têm os princípios das hierarquias formadas na sociedade ou mesmo reforçadas com o advento da moderna indústria. Com o materialismo histórico os homens são encarados como forças sociais ativas que produzem sua existência e a idéia dessa existência e de sua organização. As modificações no modo de produção desde a idade média até a revolução industrial implicaram em mudanças reais no modo de vida dos trabalhadores, tendo como predomínio sobre esses homens seus esforços pela sobrevivência no campo da venda de suas forças produtivas, portanto, forças materiais que modificam a realidade.

Dessa forma há um predomínio das relações econômicas sobre as relações políticas e culturais, concebido historicamente na análise da evolução do sistema de produção de mercadorias, divisão social do trabalho e reconhecimento do produto (mercadoria) como um produto social, socialmente construído. Em síntese, o Estado não mais podia ser explicado pela idéia que se tinha do Estado, como queriam os ideólogos liberais, e que, com efeito, divulgou uma visão invertida da realidade, o predomínio das idéias sobre os homens.

A crítica marxista ao Estado liberal é importante porque o desmistifica em sua aparência positiva no que se apresenta como órgão responsável pelos interesses gerais da sociedade sem estar comprometido ~~sem~~, no entanto, ~~estar comprometido~~ com uma classe ou grupo em particular. Ao querer se passar como instância fora das classes sociais numa ordem mais elevada em termos éticos e morais³⁸, o Estado burguês divulga sua pretensa autonomia política como forma de dominação, mais completamente envolvido com as relações de produção geradas no mercado e com o trabalho dos cidadãos. São divulgadas idéias que

³⁸Cf. Giddens, 1996.

provém de uma classe intelectualizada geradas pelo poder econômico e político em cada época histórica. Portanto, na linguagem marxista, tais idéias provêm naturalmente de uma classe onde são produzidos e reproduzidos valores que querem passar também por dominantes.

A crítica marxista ataca as idéias dominantes no que elas têm de mais valiosas, que são o seu caráter universal de representação.

O poder econômico, cultural e político das elites proprietárias e dirigentes se impõem material e ideologicamente, como o poder principal da sociedade, e para isso usa do Estado e de sua divisão em poderes distintos: executivo, judiciário e legislativo.

Preocupado com as questões sociais de sua época, Marx notou que as desigualdades entre os homens existem em decorrência da propriedade privada que divide os homens em classes diferentes em função exatamente da posse ou da falta dela. A propriedade privada determinou também o domínio de uma classe sobre os meios de produção, ou seja, o domínio material que se configurou em várias etapas do processo produtivo do sistema capitalista, dos quais dependemos atualmente.

No século XX, ainda mais, as classes proprietárias conseguem preservar os seus interesses particulares modificando as relações da política com a economia, intensificando as ações do Estado em favor do grande capital.

O proletário não chegou ao poder do Estado para em seguida extingui-lo. Tão pouco o capitalismo entrou em contradição consigo próprio a ponto de que as decorrentes crises fizessem com que ele não tivesse mais validade. O papel do Estado mudou conforme mudaram as relações entre os homens na sociedade civil baseado na luta de classes dentro do sistema, e sua influência na economia o caracterizou definitivamente como um Estado intervencionista.

E não foi só em países em desenvolvimento tardio do capital, onde a burguesia se encontra ainda desorganizada e dispersa que se prescreve a intervenção do Estado para gerar o sistema. Mas, principalmente, em sociedades avançadas as relações entre política e economia foram decisivas para produzir e reproduzir o capitalismo. Nesses últimos, as crises chegaram primeiro. Crises que ocorreram por causa dos investimentos em que o Estado esteve comprometido no acúmulo de capitais.

Assim, há saídas de dinheiro na forma de despesas do governo ou concessões a uma classe, além das demandas sociais em que está comprometido: saúde, educação, moradia, previdência social, etc. No entanto o governo assume compromissos com bancos, empresários e corporações – um concubinato com as classes proprietárias – de interesses privados que se traduzem na influência indireta dos grupos de pressão política dentro do Estado, ditando os rumos da economia, dos investimentos. É evidente que os interesses de alguma classe ficarão prejudicados, principalmente àquelas que necessitam dos serviços públicos porque não tem como pagar ao proprietário além daquilo que já lhes é retirado pelo governo sob a forma de impostos e tributos de toda a ordem.

O objetivo inicial dessa pesquisa foi o de entender as principais análises da crítica marxista em relação ao Estado burguês. Dentro dessa análise radical existem elementos que são as chaves para se entender a exploração do homem por outro homem nesse sistema em que vivemos que é o capitalismo. Quando foi levantada a questão da validade dos conceitos marxista para se entender o Estado intervencionista e não apenas o Estado liberal, iniciou-se o caminho de análise das formulações de Marx e Engels que tiveram como método o materialismo-histórico dialético para se entender desde o período da acumulação primitiva na fase pré-capitalista da história do capitalismo, até o início da modernidade europeia em que Marx viveu e com todo o caos que já fazia parte da vida dos trabalhadores, a começar pela fome, miséria, medo e desilusão em contraposição ao um mundo de riquezas e ambições

mortíferas. É pela análise das contradições da vida material em que o homem é atuante, que se constrói a história da humanidade.

Em seguida, foi se percebendo que havia muitos pontos de contato entre os valores políticos filosóficos como o humanismo e o pluralismo político com o Estado moderno e contemporâneo. A autonomia do Executivo observada por Marx no Estado Bonapartista coincide com o executivo do Estado contemporâneo e uma intensificação da distância entre os cidadãos formais e as decisões políticas. Obviamente existem muitos pontos de conexão das análises de Marx com a atualidade do Estado contemporâneo, este que está inscrito num tema maior que é o capitalismo. A indústria moderna capaz de promover sua ascensão aliada à tecnologia e a ciência seleciona bruscamente quem deve ou não fazer parte de seus quadros, aqueles que conseguem competir com a indústria correndo atrás do conhecimento, da linguagem tecnocrática que falam os grandes grupos que chefiam o capital, poderão ser os próximos a fazerem parte do exército de reserva já anunciado por Marx.

A questão do taylorismo como método de trabalho intensificado foi entendido com mais uma forma existente de exploração econômica e também física dos trabalhadores. Portanto, voltando ao conceito marxista de mais-valia é sob a forma multiplicada que ele reaparece onde a demanda social é muito maior e as formas de intercâmbios são mundiais. A ciência também pôde ser usada como instrumento de dominação econômica e política, na medida em que ela se impõe culturalmente em vista que está na profissionalização dos cientistas políticos, tecnocratas, especialistas na arte da persuasão, da retórica e da legitimação pelo direito.

BIBLIOGRAFIAS

BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BRASIL, Constituição. *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília, Senado Federal. Centro Gráfico, 1988.

BRESCIANI, Maria Estela M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da Pobreza*. Tudo é História, 52. Brasiliense, 1982.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. 2ª ed. Campinas, SP Papyrus, 1988.

-----, *Educação, Economia e Estado – Base e superestrutura relações e mediações* 13ª edição, Brasiliense, São Paulo, 1979.

CHATELET, François e PISIER-KACHNER, Évelyne. *As Concepções Políticas do Século XX: História do Pensamento Político*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. Ed. Brasiliense. Coleção Primeiros Passos.

DECCA, Edgar de. *O Nascimento das Fábricas*. 4ª Ed. Brasiliense S.A São Paulo, coleção Primeiros Passos.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora, Porto. Editorial Presença – Martins fontes, 1975.

----- Do socialismo utópico ao socialismo científico. 8ªEd. São Paulo, Global Editora, 1986.

GIDDENS, Anthony. Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical. São Paulo; Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

HYPOLITE, Jean. Introdução à Filosofia da História de Hegel. Editora Civilização Brasileira. S.A Rio de Janeiro, 1971.

KURZ, Robert. Os Últimos Combates. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

----- O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 3ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LÊNIN, Vladimir Ilich. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia; o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. SP, Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

PERROUX, François. O Capitalismo. São Paulo, Saber Atual, 1970.